

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 175/176

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE NOVEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Ausente o Senhor Deputado Tony Garcia (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2535

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o

Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 324/99, de sua autoria, que “altera a redação do Art. 1º, “caput”, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2536

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 371/99, de sua autoria, que “autoriza o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras com respectivas moradias com a Prefeitura Municipal de Sarandi.”

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2537

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 354/99, de sua autoria, que “autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a CIRETRAN de Paçandu e dá outras providências.”

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 539/98, oriundo da Mensagem Governamental nº 043/98, que visa transformar a autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nº 343/99 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma ao Projeto de Lei nº 313/99, de autoria do Deputado Ricardo Maia, por tratarem de matéria semelhante (altera a redação do Artigo 1º, da Lei Complementar nº 83, que instituiu a Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 2545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 227/99 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro que visa concede incentivo para a criação de empregos através da dedução de valores devidos a título de pagamento do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 2522

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Caetano Vezozzo, ocorrido no dia 17 de novembro p.p., na Cidade de Londrina.

Requer, ainda, seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho Senhor José Roberto Vezozzo, sito à Alameda Miguel Blasi, 40 - Londrina/Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Caetano Vezozzo, nasceu em 1906, na Fazenda das Palmeiras, Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, filho de Antimo Vezozzo e Maria Joana Verassa Vezozzo.

Foi em Cambará, no núcleo pioneiro da civilização Cafeeira do Paraná, que começou a grande aventura de Caetano Vezozzo. Foi aí que ele começou a revelar suas condições de corajoso e arguto homem de negócios, de criador de riquezas, nos moldes clássicos da honestidade das velhas gerações.

Após um eficiente aprendizado de dois anos em Sorocaba, com mestre Pascual Delangelo, Caetano retornou a Cambará como oficial marceneiro, inaugurando uma oficina manual de marcenaria, a Oficina São José, em 1924. Mas como não havia encomendas devido a recessão, passou a construir também casas de madeiras para sitiantes até 1926. Foi o primeiro estabelecimento do gênero, na florescente cidade.

Cambará foi elevada à categoria de Comarca em 1924. Na década de 20 era a boca do sertão. Ali estava parada a estrada de ferro que ligava a Ourinhos. Todos os dias centenas de pessoas procedentes de todos os pontos do País chegavam ao local, assim como dali partiam as caravanas de bandeirantes da agricultura que iam abrir novas fazendas de café ao longo do Norte do Paraná. Foi nessa cidade, estuante de vida e progresso, que Caetano se estabeleceu, dando início à construção de um complexo econômico do qual, hoje, é o grande comandante.

Em 10 de novembro de 1926, contraiu núpcias com a jovem Angelina Ricci, com quem teve quatro filhos: Alceu Antino, José, Alcides Antônio e José Roberto.

Espírito voltado para o progresso, logo após seu casamento, começou a expandir suas atividades que principiou com a pequena mercearia.

Antevendo a explosão progressista do Norte Velho, instalou uma indústria de madeira, a Carpintaria e Marcenaria São José, totalmente mecanizada, com moderno maquinário movido por possante motor a óleo diesel, que foi a grande novidade da época.

Essa indústria, uma vez vitoriosa, abriu uma nova frente de progresso para a cidade, tendo ainda como o vanguardeiro a construção civil. Assim é que instalou, em 1929, a firma Vezozzo & Cia. Imediatamente, Cambará começou a apresentar os primeiros resultados dessa nova atividade através de novos prédios e novas residências que foram marcando com singular imponência a paisagem urbana daquela comunidade de que o líder dos Vezozzo aprendeu a compreender e amar.

Em 1938 fez curso em Curitiba de construtor prático, é licenciado construtor em junho de 1940 pelo Conselho de Engenharia e Arquitetura conseguindo autorização para construções até dois pavimentos em todo o Estado do Paraná.

Em 1939 fundou uma serraria de grandes proporções, que durante a Segunda Guerra Mundial forneceu madeiras de medidas especiais para a Indústria Naval Britânica.

Terminado o conflito mundial, viajou aos Estados Unidos, a fim de estudar os novos processos para conservação e tratamento de madeira por osmose, bem como as novas técnicas de construção civil. Retornando, depois de três meses, unificou em uma só as suas empresas, dando ênfase ao ramo da construção civil.

Caetano Vezozzo não foi um homem apenas da atividade econômica. Sua atuação teve repercussões no campo social e político.

Em 1940 participou da fundação do Rotary Clube de Cambará, que ativou o movimento rotário em todo o Norte do Paraná e Sul de São Paulo. Integrou as comissões de construção da Santa Casa, do Colégio e da Rádio Difusora, esta última inaugurada pelo então Interventor Manoel Ribas. Foi o paladino da construção do Ginásio, dos clubes recreativos no melhor estilo da época; e pontificou na construção da Igreja Matriz - um quarteirão de obras que testemunhava o espírito cristão de uma comunidade laboriosa e dinâmica. Caetano era então o espelho dessa comunidade.

De 1938 a 1940, foi Juiz de Paz da Comarca. De 1940 a 1945, teve a função honorária de perito desempatador em questões ligadas à construção, por confiança e deferência do representante do Poder Judiciário.

Um homem desse têmpera não poderia jamais fugir ao chamamento político, mesmo porque a comunidade precisa de líderes. Caetano não fugiu a esse destino natural dos homens de ação, de espírito público. Da vida empresarial à vida política foi apenas uma questão de desdobramento de trabalho.

Em 1945, por honrosa indicação do Interventor Manoel Ribas, ingressou no PSD, como membros do Diretório Regional do Paraná e da Executiva Municipal de Cambará. Por duas vezes foi eleito vereador, em uma

delas com a maior votação registrada por um representante do povo na área municipal.

Como político, desenvolveu intenso trabalho junto às esferas estadual e federal, encaminhado e executando soluções para os problemas da agricultura, ensino, saúde, etc..

Em reconhecimento a esse esforço, a Câmara Municipal de Cambará aprovou a lei, em 1961, dando a uma das ruas da cidade, o nome de Antino Vezozzo. Gratidão da Cidade ao homem que trouxe Caetano para impulsionar o seu progresso.

Com a participação cada vez mais ativa de seus filhos seguidores leais do seu exemplo, Caetano mudou-se em 1961 com a família e estendeu suas atividades a Londrina, começando pela construção civil, cujo primeiro resultado foi o Hotel Bourbon de Londrina, seguindo-se os Hotéis de Foz do Iguaçu, São Paulo e Curitiba. E foi além, formando, duas fazendas de café em Campo Mourão.

Hoje em dia, não é só em Cambará que se pode ver a marca tradicional dos Vezozzo nas grandes construções. É um nome que se impõe em todo o Norte do Paraná.

Em abril de 1991 recebeu o certificado de colaboração para o término da Paróquia Sagrado Coração de Jesus - Catedral de Londrina. Em maio do mesmo ano recebeu o certificado de Cidadão Honorário de Londrina, através da 1ª gestão do então Prefeito, Senhor Antonio Casemiro Belinati e do Senhor João de Araújo, Presidente da Câmara.

Em novembro de 1996, foi agraciado com o Diploma de Honra ao Mérito pelo reconhecimento, pela colaboração prestada ao desenvolvimento da cidade, pela Casa do Bom Samaritano em nome do então Prefeito, Senhor Luiz Eduardo Cheida e do Senhor Fernando Agudo Romão, Presidente da Câmara.

Em 1997, recebeu uma homenagem pelos moradores e ex-residentes da cidade pelos serviços prestados à Terra da Promissão, Porta de Ouro do Paraná - Cambará.

Consolidando o seu complexo econômico, com a participação dos filhos e de sua dedicada esposa (in memorian), puderam orgulhar-se como um casal plenamente realizado, que escreveram na história do Setentrião a marca indelével de sua passagem.

Em Londrina, por exemplo, será lembrado com carinho e reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de Voto de Pesar, para a família do jovem Antonio Fernando Zanotti, falecido em 23 de novembro do corrente, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Metring, do Município de Jesuítas, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Capitão Metring.

Requer ainda, que seja dado ciência para o Senhor Luiz Carlos Galante.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Capitão Carlito Metring, durante vários anos honrou a gloriosa farda da Polícia Militar, na região Oeste do Paraná. No Município de Jesuítas, o ex-oficial comandou durante alguns anos a Delegacia de Polícia, período em que dirigiu inúmeros trabalhos sociais na mencionada municipalidade.

A sua experiência e dedicação muito contribui para o engrandecimento daquela cidade que lhe deve, eternamente, obrigações por tudo aquilo que recebeu.

Lamentavelmente no último dia 21, este grande homem público deixou a vida terrena. Como diria o poeta "O homem bom, quando parte, leva um pouco de nós e deixa muito de si".

Seguramente o velho e bom Carlito Metring, nos deixou muitos exemplos a serem seguidos.

REQUERIMENTO Nº 2533

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Sr. Lindonez Rizzoto, Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, pela realização da 20ª Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A 20ª Exposição Agropecuária, Comercial, Industrial de Cascavel - EXPOVEL, que encerrou nas primeiras horas do dia 16 de novembro estabeleceu novos recordes de público e negócios. segundo o balanço preliminar divulgado no dia 16 de novembro pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná, os negócios atingiram R\$ 18,4 milhões (ante R\$15,8 milhões em 98 e R\$17 milhões em 97) Nos onze dias da exposição, 513 mil visitantes do Paraná, Estados vizinhos e países do Mercosul circularam pelo parque, superando a marca anterior em 16 mil.

A EXPOVEL é considerada a Segunda Maior Exposição Feira do Paraná e a terceira do Sul do País. Segundo informações da Sociedade Rural a mostra de Cascavel só perde em volume de negócios para a de Londrina que supera os R\$40 milhões em negócios e 900 mil visitantes e para de Esteio (RS).

Misto de festa popular, evento técnico e encontro de negócios, a EXPOVEL inclui shows artístico (Rio Negro e Solimões foi a atração maior) rodeio diários, parques de diversões e ampla praça de alimentação.

O setor pecuário esteve presente com 4,5 mil animais de elite das raças Simental, Pardo Suíço Corte, Limousin, Holandesa, Nelore, Tabapuã, Aberdeen Angus, Charolês, Blond D'Aquitaine e Guzerá.

Destes segundo o Diretor da Rural Valdir Lazarini 1,9 mil foram arrematados em leilão. As áreas de comércio, indústria e serviços ocuparam 530 estandes.

Segundo Lindonez Rizzoto, o cálculo final de comercialização inclui o resultado de nove leilões de animais (R\$1,3 milhão) da Rodada Internacional de Negócios coordenada pelo SEBRAE-PR (R\$ 2 milhões em negócios, segundo estimativa do órgãos) e das vendas realizadas nos 530 estandes.

Ao desarmar os estandes na manhã de terça-feira, dia 16 de novembro, expositores traduziram em números o saldo desta EXPOVEL. José Max, gerente da Konrad, revenda dos caminhões norte americanos internacional, estava eufórico. Segundo ele, a empresa lançou campanha promocional específica para a Feira e a resposta superou as melhores expectativas.

“Vendemos 12 caminhões de porte médio e valor unitário na faixa de R\$72 mil e mais 20 consórcios para caminhões de maior porte” afirmou Jose Marx.

Olívio Barzotto, diretor da Regence, recém inaugurada revenda Peugeot de Cascavel, contabilizava a venda de três veículos da marca “Nossa participação na Feira visa basicamente a divulgação institucional. As vendas diretas ultrapassaram o esperado”.

Cosme Bim, gerente da Icavel, revenda de caminhões Wolkaswagem informava ter fechado três vendas (preço unitário médio de R\$60 mil) além de outros cinco consórcios.

A Village, uma das grandes construtoras locais, registrou comercialização de cinco apartamentos na Cidade e dois lotes no Marinas de Boa Vista, um condomínio às margens do lago formado pela usina de Salto Caxias.

Outra construtora, a JL vendeu quatro unidades de seu mais recente lançamento também às margens do lago, o Hotel Resort Marina Doce Vida.

Kleber Cavalcanti da Empresa Apolo, de Londrina, trouxe a EXPOVEL 13 churrasqueiras. Fechou a EXPOVEL com todas vendidas e outras 10 a serem entregues nos próximos dias.

“A EXPOVEL é um fato gerador de negócios que atrai o interesse e a participação de consumidores de toda a região e de países vizinhos. É uma alavanca para a atividade produtiva resumia o presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) Álvaro Largura. A entidade ao lado da AMIC e da CDL inauguraram nesta EXPOVEL a “Casa do Empresário”, um amplo estande que oferece apoio logístico aos empresários que visitam a feira.

Desta forma está demonstrando que a EXPOVEL é um grande evento para a região Oeste e para todo o Paraná, divulgando a Cidade de Cascavel e o Estado do Paraná, para todo o Brasil e também para outros países.

Ante ao exposto, peço o voto favorável dos nobres pares para homenagear toda a Diretoria da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, em nome do seu presidente, Senhor Lindonez Rizzoto.

REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil, pelos 88 anos de sua fundação.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento à Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, sito à Avenida Vicente de Carvalho, nº 1083 - CEP 21.210-000 - Rio de Janeiro - RJ.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil, pelos seus 88 anos de fundação conforme histórico a seguir:

Histórico da Assembléia de Deus no Brasil

No início do século XX, apesar da presença de imigrantes alemães e suíços de origem protestante e do valeroso trabalho de missionários de igrejas evangélicas tradicionais, nosso país era quase que totalmente católico. Quando Daniel Berg e Gunnar Vingren chegaram ao Brasil, em 19 de novembro de 1911, ninguém podia imaginar que aqueles dois jovens suecos estavam para iniciar um movimento que alteraria profundamente o perfil religioso e até social do Brasil por meio da pregação de Jesus Cristo como o único e suficiente Salvador da Humanidade e a atualidade do Batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais. Em poucas décadas, a Assembléia de Deus, a partir de Belém do Pará, onde nasceu, começou a penetrar em todas as vilas e cidades até alcançar os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em virtude de seu fenomenal crescimento, os pentecostais começaram a fazer diferença no religioso brasileiro. De repente, o clero católico despertou para uma possibilidade jamais imaginada: o Brasil poderia vir a tornar-se, no futuro, uma nação protestante.

O que é a Assembléia de Deus

A Assembléia de Deus é uma igreja evangélica pentecostal que prima pela ortodoxia doutrinária. Tendo a Bíblia como a sua única regra de fé e prática, acha-se comprometida com a evangelização do Brasil e do mundo, conformando-se plenamente com as reivindicações da Grande Comissão.

O seu Credo de fé realça a salvação pela fé no sacrifício vicário de Cristo, a atualidade do batismo no Espírito Santo e dos dons espirituais e a bendita esperança na Segunda vinda do Senhor Jesus.

Consciente de sua missão. A Assembléia de Deus não prevalece do fato de ter, segundo as estatísticas, em torno de oito milhões de membros. Apesar de possuir um considerável poder político, optou por agir profética e sacerdotalmente. Se por um lado, protesta contra as iniquidades sociais, por outro, não pode descurar de suas responsabilidades intercessórias

Compromisso com a Proclamação da Palavra de Deus

Sendo uma comunidade de fé, serviço e adoração, a Assembléia de Deus não pode furtar-se às suas obrigações - proclamar o Evangelho de Cristo e promover espiritual, moral e socialmente o povo de Deus. Somente assim, estaremos nos firmando, definitivamente, como agência do Reino de Deus.

Face ao exposto, considerando a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Igreja Evangélica Assembléia de Deus em prol da comunidade, nestes 88 anos de atividades no Brasil. proponho que seja concedida por esta Casa de Leis, o presente Voto de Congratulações à homenageada.

REQUERIMENTO Nº 2542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à direção e funcionários do Jornal Gazeta do Paraná, com sede em Cascavel, pelos 08 anos de circulação. O Deputado requer ainda, um voto de congratulações ao empresário Marcos Formighieri, pelo trabalho que vem realizando no setor de comunicação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Antonio Fernando Krempel (Copel), empossado como novo Diretor da COMPAGÁS.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Presidente da COPEL empossa nesta data o Engenheiro Civil Dr. Antonio Fernando Krempel, como novo Diretor da COMPAGÁS. Ele assume o lugar de Luiz Roberto Bruel.

O novo Presidente foi indicado pela COPEL, que detém o controle da COMPAGÁS, com 51% do capital votante, Os outros dois Diretores da Companhia permanecem em suas funções.

Para assumir a Presidência da COMPAGÁS, Antonio Fernando Krempel deixou o cargo de Diretor de Engenharia da Empresa Dona Francisca Energética S.A. e o Cargo de Superintendente da Área de Geração da COPEL.

Krempel tem curso de especialização em gestão de empresas e vasta experiência na área energética. À frente da COMPAGÁS, terá como principal objetivo tornar o gás natural parte efetiva da matriz energética paranaense. A meta da COMPAGÁS é substituir ainda no primeiro trimestre do ano 2000, o gás da refinaria canalizado pelo gás natural, que virá do gasoduto Bolívia-Brasil. A troca do Presidente não deverá mudar o cronograma de obras e de ligações de clientes da COMPAGÁS.

Pela posse e desejando muito sucesso em sua nova jornada, receba o Dr. Antonio Fernando Krempel, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2527

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Herwig, ao Diretor Geral do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando o desenvolvimento de serviços através da "Operação Tapa-Buracos", na estrada que liga Porteira Grande, Manoel Ribas e Cândido de Abreu.

A manutenção e os reparos na referida estrada são não só necessários como também urgentes devido a precariedade da situação, trazendo graves perigos à vida e à manutenção dos veículos que por ela transitam. A atual situação tem dificultado o transporte e a comercialização da safra agrícola e outros produtos, além do desenvolvimento da região.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2528

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Lúcia Maria Glück Camargo, solicitando a liberação da verba a ser destinada as obras de restauração da "Estação da Saudade" no Município de Ponta Grossa.

Os trabalhos de restauração já foram iniciados e as verbas dos governos municipais e federais já foram liberados, faltando apenas a verba do Governo do Estado do Paraná.

As reformas nas edificações é uma das maneiras de se resgatar a história e a identidade do povo princesino. Falta apenas terminar as obras na "Estação Saudade" para ali se instalar a nova Biblioteca Pública Municipal.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2529

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da TELEPAR, Senhor Jorge de Moraes Jardim Filho, solicitando a expansão das centrais telefônicas dos Municípios de Ortigueira, Carambeí e Tibagi.

Tal solicitação deve-se ao fato de que as centrais existentes nos referidos locais não suportam mais a instalação de novos telefones. Este tipo de situação vem gerando diversos problemas para a população, pois além de não existir estrutura para a liberação de novas linha, as linhas existentes são poucas para atender um número crescente de habitantes.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Delegado-Geral da Polícia Civil do Paraná, solicitando informações sobre a situação funcional e operacional das Delegacias da Mulher no Estado, bem como, o número de ocorrências atendidas e as respectivas estatísticas sobre a demanda nas delegacias.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica do trecho que liga o Município de Nova Prata do Iguaçu até Dois Vizinhos, passando por Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os valores de créditos de ICMS que o o Estado deve aos contribuintes.

Em função dos sucessivos déficits que vem apresentando as contas do Governo a cada exercício fiscal e a dificuldade do Governo de fazer controle restritivo de suas despesas, tendo, periodicamente que se valer de adiamentos de tributos, é que solicito tais informações e

espero ver o presente requerimento aprovado pelos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Maria Elisa Paciornik, Secretária de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações sobre o quadro de servidores com o advento da Lei nº 10.219/92:

- o número de servidores atingidos pela Lei;

- qual o número de servidores atingidos pela Lei nº 10.219/92 que já se aposentaram e

- qual o valor mensal destas aposentadorias.

Tendo em vista as discussões ocorridas tanto no seio da Assembléia Legislativa quanto na sociedade, em especial neste momento em que se discute a constituição do Fundo do PARANAPREVIDÊNCIA, aonde é alegado, pelo Governo, o alto grau de comprometimento da folha gerado através da Lei nº 10.219/92, é que solicito tais informações.

Diante disso, este Deputado espera ver o presente requerimento aprovado pelos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 594/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Clube do XV - Clube Recreativo Veterano de Dois Vizinhos, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Clube dos XV - Clube Esportivo e Recreativo Veterano de Dois Vizinhos, entidade fundada em 06 de maio de 1987, localizada no Km 01, saída para a Fazenda Mazurana, sem fins lucrativos e que se destina ao bem-estar de seus associados e familiares, vem, sob o comando de sua diretoria atual, desenvolvendo um excelente trabalho social direcionado ao atendimento das pessoas mais carentes e sem recursos daquele município, que procuram ajuda nesta entidade.

Tendo em vista o acima exposto, e por dedicar-se ao bem estar destas famílias, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 595/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guaratuba, imóvel situado naquele município, com 36.231,02 metros quadrados, registrado sob nº 8.333, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Guaratuba.

Art. 2º - O imóvel referido no art. 1º desta lei, será utilizado exclusivamente para instalação de órgãos públicos municipais ligados a área educacional e de assistência social, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende possibilitar a instalação de órgãos ligados a área da educação e da assistência social, trazendo enormes benefícios a toda comunidade do Município de Guaratuba e do litoral paranaense.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 596/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Colombo.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública, fornecerá toda estrutura para o perfeito funcionamento da Delegacia de que trata o artigo anterior, inclusive utilizando-se de recursos do seu orçamento próprio.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O Município de Colombo possui aproximadamente 180.000 habitantes, sendo 82.000 do sexo feminino e não conta com Delegacia especializada para atender a demanda de crimes contra a mulher. Na verdade, os casos de agressões e delitos contra as mesmas por falta de uma delegacia especializada, acabam por ficar impunes, em razão do constrangimento das vítimas em se dirigir à Delegacia de Polícia comum, onde são tratados os crimes dos mais diversos níveis.

A medida ora proposta visa oferecer maior segurança a população feminina do município e região, propiciando-lhe mais tranquilidade quando vítimas de maus tratos, inclusive dos próprios cônjuges.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero à Vossa Excelência, votos de admiração e apreço.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

PSB, PSL, PST.

(Declinam)

PTB. Com a palavra, Deputado Ademir Bier.

O SR. ADEMIR BIER

Senhor Presidente, nobres colegas Deputados.

Gostaria neste instante, de saudar o retorno do nosso grande líder Orlando Pessuti e do nosso companheiro Deputado Seleme, também. Sentimos a ausência dos companheiros.

Tivemos a oportunidade nesta semana que passou, de ser discutido nesta Casa a questão da dívida do Paraná.

Hoje praticamente uma semana depois da vinda do Secretário da Fazenda Giovanni Gionédís, eu gostaria de colocar para algumas reflexões dos nossos companheiros Deputados a respeito da situação que se encontra o Estado do Paraná.

Se a dívida era de um milhão e meio, se a dívida é de nove bilhões, o que nós temos que refletir, na verdade, é em que situação efetivamente se encontra o Estado do Paraná.

O Secretário Giovanni Gionédís colocou que esta é a maneira de governar de Jaime Lerner. E eu digo aos Senhores Deputados que eu tive a honra de governar Marechal Cândido Rondon, o quarto município do Oeste do Paraná, e no ano de 86 com o Governador Álvaro Dias, 93 e 94, com o Governador Roberto Requião, com o Governador Mário Pereira, em 95 e 96 com o Governador Jaime Lerner, nos governos anteriores se assinava convênio com o governo do Estado e esses convênios eram cumpridos.

Obras eram realizadas, obras eram executadas e o convênio era religiosamente cumprido. A partir de 1995 as Prefeituras do Paraná passaram a assinar convênios e esses convênios não eram e não serão cumpridos.

Lembro-me que no ano de 1996, quando estivemos no Palácio Iguazu assinando convênio, todas as Prefeituras do Estado do Paraná, através das emendas de acordo com feito com os Deputados Federais, foi uma semana de Prefeitos correndo de Secretaria em Secretaria assinando convênio na expectativa de levar benefício para o seu município, quando durante o segundo semestre de 96 nenhum convênio sequer foi cumprido e lamentavelmente ainda no início de 97 o governo cancelou empenhos realizados. Este é o retrato. Percorremos o interior do Estado, assistimos diretores de escolas, presidentes de APMs acordando de manhã com cobradores na porta, presidentes de APMs que prestam serviços gratuitos à sua comunidade, da mesma forma percorrendo o interior do Município e o interior do Estado do Paraná, obras inacabadas, ou obras sendo concluídas e inauguradas com recursos do Município. O prefeito, para honrar os seus compromissos, tirando recursos de outras áreas para honrar compromisso com o pequeno e o médio empresários da sua cidade.

Essa reflexão, essa maneira de governar, podemos refletir em cima de expedientes que nos chegaram, expediente datado de 14 de julho.

Expediente datado de 14 de julho da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas.

Vou colocar só alguns tópicos desse expediente:

“As construtoras filiadas aos sindicatos das indústrias da construção civil e pesada que prestam serviço ao Estado do Paraná continuam sem solução para o problema da falta de pagamento das obras e serviços realizados”. Diz mais abaixo: “Os dividendos da COPEL, fonte dos recursos com que pagariam os créditos dos empreiteiros, não chegaram à Secretaria dos Transportes, que com isto viu a sua dívida do DER, subir além dos 70 milhões”.

Diz mais esse documento: “No período entre outubro de 1998 e fevereiro de 1999 as construtoras associadas à Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas extinguíram mais de cinco mil postos de trabalhos diretos, equivalentes a quase 18% da massa trabalhadora”. Diz mais esse documento e é um tópico importante que deve ser esclarecido: “Importante lembrarmos os termos da carta de Porto Alegre, conclusão do Encontro Nacional da Indústria da Construção, realizado no mês de maio deste ano, 99, diz que é fundamental para o país e sua credibilidade que os governos respeitem a lei e cumpram os contratos com seus empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviço, que é imprescindível que o contratado receba pelo serviço que executou para o Estado a fim de poder pagar seus impostos e salários de seus operários, tanto quanto é necessário que os governantes recebam os impostos para poderem pagar seus funcionários: que é absurda a regra que multa, acusa de apropriação indébita e prende quem não pagar os impostos porque não recebeu o serviços que os geraram; enquanto que nenhuma punição é pre-

vista ao governo que não cumpriu a obrigação de pagar esses serviços”.

Diz mais um expediente que todos os Deputados devem ter recebido também, do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, datado de 23 de julho de 1999; “a capacidade do próprio sustento e o da sua família caracteriza no ser humano a essência de sua dignidade de viver”.

Diz mais esse documento: “A previsão orçamentária do gasto e a realização da receita são sem sombra de dúvidas pressupostos essenciais para a devida contratação. A observância desses requisitos é obrigação do Poder Executivo, gestor do negócio no estado.

Todavia, a categoria profissional que representamos, reduzida que foi pelos fatores conjuntorais já aludidos, enfrenta agora a situação de defrontar-se com a falta de salários, o que vem ocorrendo ao longo dos meses, motivada comprovadamente pela inadimplência o Governo do Estado que desde agosto de 1998 não paga pelo serviços que já lhe foram devidamente prestados pelas empresas que são as nossas empregadoras. Um item importante: os trabalhadores com meses de salários atrasados, estão sendo objeto de ação de despejo de suas moradias. Deixaram de ter crédito para gênero alimentício nos armazéns que os forneciam. Estão submetidos a terem a energia elétrica e a água, que consomem em suas residências cortadas, pela falta de pagamento, além de serem submetidos aos juros incidentes sobre as obrigações, que, via de consequência, também não estão sendo cumpridas.

Teria mais aqui uma correspondência do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura.

Esta reflexão que estou colocando aqui, da forma de ser de alguém que mais escuta do que fala, mas isso o secretário deveria ter dito aquela manhã, porque temos acesso. Enquanto o pequeno, lá do interior do Estado, o prefeito que não tem acesso ao governo, a essas informações, o pequeno fornecedor do Estado do Paraná que não recebe há dois anos, que fecharam as suas portas, que desempregaram, que viram os seus sonhos arrebatados, a esses devemos explicações. É esse Estado que nós queremos. Um Estado que paga, que honra, os seus compromissos e com o seu dever. É essa informação que temos de dar. Essa informação que lá fora tem que saber, quando é que o Estado do Paraná vai honrar com os seus compromissos.

Estamos aqui na Assembléia votando o projeto dos royalties, dando um cheque em branco ao governo do Estado. Tem que haver uma reflexão muito grande, por parte de todos nós parlamentares, na aprovação desse projeto. É essa a reflexão que eu gostaria de deixar a vocês, porque com toda certeza, essa não é a nossa maneira de governar.

Como estou no final do meu tempo, só para encerrar, quero cumprimentar o líder do governo Valdir Rossoni, pelo seu aniversário.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço. Desculpe-me, não entendi, pensei que Vossa Excelência iria me dar um aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PSL.

Com a palavra o Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Sr. Presidente, Mesa Diretiva, nobres Pares, senhores e senhores.

Ocupamos essa tribuna hoje na liderança do PST, com o objetivo, Srs. Deputados, de mais uma vez chamarmos, a atenção para a questão fundiária do nosso Estado.

Os jornais hoje pipocam em primeira página notícias de recrudescimento do movimento do MST, ocupando áreas produtivas no nosso Estado. Divulga também fazendeiro se armando com milícias próprias, na tentativa de fazer justiça com as próprias mãos.

Nós da bancada ruralista preocupada como sempre esteve com essa situação, que vai gerando um caos no Estado do Paraná.

Vamos escorregando na linha do estado de direito e isso vai fazendo com que a opinião pública assista tudo de uma forma perplexa, porque não existe reação por parte das autoridades responsáveis em manter o estado de direito em nosso Estado do Paraná.

Nós, aqui, que estamos desde o início pregando o diálogo, as negociações de alto nível, ações dentro do estado de direito, estamos preocupados com o que poderá ocorrer nos próximos dias no campo, uma vez que a situação está ficando praticamente num estado de beligerância.

Nós, em conversa com o Deputado Moacir Micheletto, que é do PMDB do Paraná, dizia ele que formou uma comissão de fiscalização e controle, para tratar da real situação em que se encontra o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Nos dizia Micheletto que esta comissão, que tem poderes de CPI, vai fazer uma verdadeira devassa dentro do INCRA em Brasília e também estender toda esta fiscalização em todos os Estados brasileiros. E este levantamento, nobres Pares, vai ser para verificar por que o INCRA está desenvolvendo este processo de assentamento de uma forma que não está agradando nem as autoridades, nem os membros do MST.

O Governo Federal já investiu, só nesse mandato de Fernando Henrique, valores acima de 8 bilhões de reais. Foram assentadas mais de 280 mil famílias. Mas o processo continua lento e as invasões continuam sendo feitas, de forma às vezes até precatórias, em fazendas produtivas. Então é o objetivo do Moacir Micheletto: levantar a situação real do INCRA e ver se, na realidade, este instituto não está precisando de uma reformulação, de um choque de modernidade, para que se possa estabelecer um programa que seja ágil, eficiente, moderno e, acima de tudo, econômico.

Porque, vejam os senhores, hoje o assentamento de uma família custa, para os pagadores de impostos, as famílias brasileiras, em torno de 40 mil reais. Vejam os senhores 40 mil reais para cada família, é um peso muito grande que nós estamos lançando neste programa social, este custo é altíssimo e o benefício ninguém sabe!

Então é preciso uma remodelação, uma reformulação do INCRA, para que se possa chegar numa situação em que a reforma agrária aconteça de uma forma pacífica, ordeira e eficiente!

Temos como exemplo o INCRA do Paraná. No começo do ano, tivemos a esperança que com a estadualização teríamos um INCRA moderno e eficiente. Hoje os senhores estão vendo aí: o diálogo do INCRA com o MST foi quebrado. Na tarde de ontem os membros do MST invadiram o INCRA e ficaram lá até às 10 horas da noite. Membros do MST estão indignados com a situação do INCRA, membros da sociedade constituída, as autoridades estão perplexos, diante desta situação, o INCRA está manietado! O INCRA do Estado do Paraná está sem condição de diálogo com as autoridades, o INCRA do Estado do Paraná está sem condições de exercer a sua função principal, que é a de distribuir terras, numa situação de estado de direito.

Então, nós que estamos acompanhando o movimento, dia a dia, os senhores também, Srs. Deputados, sabem que o INCRA na realidade é o grande pivô, desta situação. Hoje nós vemos membros do MST se armando de um lado, fazendeiros se armando do outro, estamos prestes a uma estado de beligerância e as autoridades superiores estão assistindo a tudo de uma forma complacente, de uma forma neutra, e não é por aí! Nós temos leis suficientes para manter o estado de direito no Paraná, é preciso, tão somente que elas sejam obedecidas de todas as formas, nem que seja para aplicar a força!

É preciso que nós Deputados, tenhamos esta convicção que somos do Legislativo e temos essa obrigação de lutar, para que o estado de direito permaneça e que não derivemos para um estado de conflito armado, porque não interessa à sociedade civil organizada uma situação dessas! A hora que começar a correr sangue, no Estado do Paraná os responsáveis seremos nós, do Legislativo, Governador Jaime Lerner, do Judiciário, enfim a opinião pública não vai ter pena de nós. A opinião pública não vai aceitar a nossa neutralidade, a nossa covardia. Precisamos agir em nome de estado de direito no Estado do Paraná. Temos mandatos advindos da opinião do povo. O povo exige que as suas autoridades não fiquem neutras, numa situação de pré-guerra que está vivendo hoje o Estado do Paraná. O Deputado que honra o seu mandato, que honra o salário que recebe nesta Casa, deve prestar atenção a esse movimento que está descambando para beligerância. Não podemos deixar que os flagelados, que os sem-terra que estão aí, também sejam massacrados pelos fazendeiros, que estão num estado de desesperança, desespero, acuados como estão, se transformem em verdadeiros guerreiros a passem por cima da lei. Temos a

Polícia Militar, que a exemplo do Estado do Paraná, pode muito bem fazer com que volte o estado de direito no Estado do Paraná. Nós não podemos ficar aqui de costas para esse assentamento, numa forma de protesto e achar que está indo tudo bem.

Senhores Deputados da Bancada Ruralista e não Ruralista, vamos cumprir o nosso mandato, vamos ter consciência, vamos ter preocupação porque somos Deputados, temos espírito público, temos consciência cívica, temos sentimento social, enfim, se estamos na vida pública é para nos preocuparmos com a situação, com os problemas sociais que estão acontecendo no Estado do Paraná. E o problema é sério.

Precisamos refletir sobre isso!

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçõ com atenção seu pronunciamento, nobre Deputado, e quero aqui ser solidário, como representante nesta Casa de Leis, como Deputado que mora no interior do Estado, como Deputado que vê tudo o que está acontecendo. De onde é o Movimento que se colocou de primeira mão como a solução e uma maneira de reivindicar para um problema social existente no nosso país, que é o MST, que descambou para um lado, através de suas Lideranças, que não vai a lugar nenhum.

Nessa tribuna, V.Exa. e outros Deputados, alertam que o campo caminhava para um conflito. Alertaram as autoridades competentes. Está aí a solução. O começo do conflito do campo, onde o proprietário que tem a sua área produtiva invadida por integrantes do Movimento Sem-Terra, está fazendo a lei com as suas próprias mãos. Está aí o caos, o problema ontem com vítimas, dias atrás, anteontem, tivemos numa propriedade, está aí o reflexo de tudo isso. Onde os integrantes do Movimento invadiram o INCRA, no dia de ontem, trezentas pessoas já estiveram, se ocuparam do problema que houve na propriedade que foi desocupada pelo proprietário, e assim por diante. Está criado o problema, as autoridades deixaram correr, sem atenção, sem usar uma energia, sem usar a sua autoridade, para poder fazer com que a lei fosse cumprida. Está criado um sério problema no Brasil e vai em frente, nobre Deputado. O senhor sabe disso, o senhor tem contato com proprietários rurais, com entidades ligadas aos produtores rurais, sabem que o caminho não é bom. As autoridades rapidamente têm que tomar uma iniciativa de resolver esse problema, porque senão, o pior está ainda por vir.

Obrigado.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Divanir, todos nós somos a favor da Reforma Agrária. Acredito que nenhum brasileiro esteja contra a Reforma Agrária, desde que seja uma Reforma justa, desde que nós venhamos a usar terras para a Reforma Agrária cujo proprietário tenha recebido uma indenização, pelo patrimônio que ele tenha construído ao longo da sua vida. Quero citar um exemplo. Independente

de quem seja o proprietário dessa Fazenda. Quem no Paraná e no Brasil, já não ouviu falar da Fazenda Mitacoré, fazendo modelo no Brasil? Fazenda que quando pertencia ao Banco BAMERINDUS produzia uma média de 400 sacas de milho por alqueire, bem acima da média nacional e acima da média dos Estados Unidos. Uma fazenda que mandava para todo o Paraná e Brasil todas as pesquisas, com uma estação meteorológica. Tudo aquilo que a agricultura precisava.

De repente essa fazenda foi invadida pelo MST. Com um agravante, as famílias que residem nessa fazenda, que estão trabalhando há 10, 15, 20 anos com o seu conhecimento reside até hoje.

Faço neste momento também uma denúncia que já é do conhecimento do Secretário de Segurança do Estado do Paraná, da imprensa do Estado do Paraná e vamos registrar nesta Casa também. Essas famílias foram convidadas para sair de sua propriedade. Sabe por quem? Por uma freira de Foz do Iguaçu. Essa freira chega na casa desses pequenos agricultores e diz o seguinte: “você têm que sair dessa casa. Você não podem permanecer aqui. Esta terra, essa propriedade pertence ao MST. Para que você possam ter o direito a um pedaço de terra terão que entrar debaixo da lona preta. Têm que se filiar ao MST.”

Essa denúncia já chegou ao conhecimento das mais altas autoridades da Igreja Católica. Com um agravante, na semana passada três chefes de família saíram de suas propriedades da Fazenda Mitacoré foram para a cidade de Foz de Iguaçu e, quando voltam para a sua sede onde estavam as esposas e os filhos, o que o MST fez? Não permitiu que o chefe da família retornasse para a sua casa. Impediram a entrada desses pequenos agricultores. Diziam o seguinte: “você só entram aqui na fazenda desde que seja para retirar a sua mudança e não mais voltar aqui.” Foram impedidos. Falamos com o Secretário de Segurança. Falamos com o Coronel do Batalhão de Foz de Iguaçu. Pedimos apoio da segurança para que esses chefes de família pudessem voltar para suas casas.

Não é concebível num estado de direito onde vivemos hoje, num país democrático que as famílias, que o chefe da casa, dono da sua casa não tenha o direito de voltar a ver os seus filhos e esposa. O MST foi longe demais. O Governo do Estado tem sim, que tomar uma providência nesse sentido.

Esses três chefes de família não se contentaram. Fizeram muito bem. Quando voltaram, tiraram a mudança das suas casas e foram a Foz do Iguaçu e acamparam na frente da Casa do Arcebispo. O que vai acontecer ninguém sabe.

A imprensa nacional tem noticiado nos últimos dias os sem-terra na frente da fazenda do Presidente da República. Aí sim, digo com muita liberdade como Secretário Geral do PFL do Paraná, o nosso partido dá sustentação ao Governo Federal. O PFL é o partido que o Governador do Estado pertence. Digo com muita liberdade, lá onde o Presidente tem fazenda, lá sim foi um

contingente de polícia para proteger a sua propriedade. E o direito da fazenda do “José da Silva”, de qualquer cidadão brasileiro? Ele não é proprietário como o Presidente da República? Tem o mesmo direito!

O seu direito termina onde começa o meu. Justiça social se faz começando a respeitar a propriedade do próximo.

Uma vergonha o que está acontecendo aqui no Paraná e no Brasil. O MST perdeu seu objetivo, perdeu seu significado. Não é isso que o Brasil quer, não é isso que nós queremos e acredito de sã consciência, não é isso que o MST, os verdadeiros pequenos agricultores querem para si. Estão sendo usados, manipulados. O que existe no centro de Curitiba, na frente da Assembléia, do Palácio, do Tribunal de Justiça, é uma vergonha para o Paraná, é uma vergonha para o Brasil. Basta disso aí, temos que seguir sim, a justiça e as determinações devem ser cumpridas. A reintegração de posse deve ser voltada para os seus legítimos proprietários!

Por isso, Deputado Divanir Braz Palma, meus parabéns pela defesa intransigente que Vossa Excelência faz com outros Deputados, aqui na Assembléia Legislativa. Esperamos que definitivamente as autoridades constituídas, que devem seguir a legislação, façam cumprir e que volte a paz, a tranquilidade para o homem do campo.

É isso que ele quer produzir para o Brasil, para o mundo: alimento para quem precisa e necessita.

Muito obrigado.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Agradeço nobre Deputado Élio Rusch, pelo seu discurso. Vossa Excelência que colocou com muita propriedade.

Com a palavra o Deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Quero fazer coro com o discurso de Vossa Excelência, e até comunicar à Casa, ao Senhor Presidente, que na sexta-feira retrasada, nós estivemos junto com o Deputado Divanir Braz Palma, numa reunião na Sociedade Rural do Paraná, em Curitiba. A Bancada Ruralista dessa Casa é convidada. Tivemos lá com os ruralistas de toda região Norte do Estado do Paraná.

Esse desabafo que o Deputado faz em forma de apelo, é na verdade uma realidade. Nós pudemos constatar lá e agora, neste domingo passado, ainda com mais ruralistas na cidade de Londrina, e que eles estão se armando, é a única saída que têm.

Vai correr sangue aqui no campo do Paraná.

Agora, o MST que tem uma sigla belíssima, e que poderia muito bem colaborar com esse movimento da reforma agrária no País, que está sendo tocada com a barreira, pelo Governo Federal, já há muito tempo, perde o símbolo ou o próprio fortalecimento da sigla, quando está todo o movimento minado de quadrilheiros, de ban-

didos, de aproveitadores, que apostam na fragilidade do governo.

Quero dizer aqui com muito preocupação. Quando eu vejo agora na imprensa nacional, que o Governador Jaime Lerner não tem mais interesse nenhum em dar sequência em sua carreira política.

Acho que agora a coisa vai ficar pior. Porque quando ainda há vontade política, aí então acreditamos que aquele que tem discricionário, que é o caso do Governador, que exerce o poder de polícia, para poder fazer cumprir esses mandados de desocupações, ainda resta uma esperança para o campo.

Mas, se o próprio Governador perdeu a vontade política, não tem mais interesse, acho que agora vai correr sangue no campo do Paraná.

Venho de uma região eminentemente agrícola que é a região Norte do Estado do Paraná, que Vossa Excelência também faz parte e, lá o limite da tolerância já chegou ao fim.

Então, se o Governador Jaime Lerner não tem mais interesse político na causa, não resta mais esperança para nós, na medida em que o próprio Presidente da República, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito e honorabilidade que o cargo dele exerce, após aquele ataque à sua própria propriedade rural, eu vi pessoalmente uma entrevista do Presidente da República, falando lá da Europa, que ele não depende daquela propriedade rural para sobreviver. Então, instalou-se o caos e nós não temos mais nenhuma esperança. Resta gritar.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente eu queria pedir o tempo que o PFL cedeu.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Infelizmente eu não poderei ceder.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Então vou encerrar dizendo, Senhor Presidente e nobres Pares, precisamos de mais tempo para discutir esse assunto aqui.

Sabemos que cada um dos senhores estão angustiados com atual situação.

Agora, na minha simples análise, chego a conclusão que tanto o fazendeiro, quanto membros do MST, cada um faz parte de uma situação e cada um é vítima de uma situação, que o grande responsável não está sendo responsabilizado e é por isso que parabenizo o Deputado Federal Moacir Micheletto porque criou essa Comissão que tem força de CPI para levantar a real situação do INCRA a nível nacional e vermos o que é que está acontecendo lá. Ver essa situação porque o INCRA hoje está totalmente desatualizado com relação ao processo de análise de produtividade da terra, cria expectativas de desapropriação de terra, alimenta esse movimento com recursos tirados de fontes que deveriam ir para a saúde,

para a educação e segurança, fazendo com que esse estado ilusório essa expectativa falsa, faça com que o MST vá contra as propriedades produtivas, os fazendeiros desesperados, acuados, vão se armando, e o estado de beligerância vai se formando.

Agradeço a participação dos deputados e quero dizer que ainda tenho esperança. Não podemos acabar com o diálogo. Temos que continuar dialogando, mas com energia, para enfrentar esse problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Senhor Deputado Péricles Mello, do PT.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É interessante fazer uma análise do conteúdo que está por trás da forma aparentemente neutra do discurso do Deputado Divanir Braz Palma.

Mais agressivo, mais truculento, de forma diferente, mas com conteúdo muito parecido, é o discurso do nosso companheiro Moysés Leônidas, de Londrina, chamando o MST de bandalheiro, de bandido. É bom tentar desconstituir esse discurso. A ordem de valores que os discursos colocam, nós sabemos e estamos acostumados com isso.

Sabemos que vivemos num sistema em que o direito à propriedade é colocado pela ideologia dominante como superior e muito superior ao direito à vida.

Já vi deputado chorar nesta Casa, sensível, falando da pressão de um grande fazendeiro, revoltado com a ocupação de sua fazenda improdutiva. Agora, quando os jornais do Paraná divulgam no dia de hoje, em manchete, que uma mulher de 56 anos, está à beira da morte em um hospital, porque levou um tiro nas costas, de jagunço, a mando de grandes fazendeiros, ninguém fala nada. Talvez se fizéssemos uma descida aos infernos, analisássemos a vida dessa pessoa nesse país de opressão, de sofrimento, de desigualdade, de injustiça, desse país que, historicamente colocou a terra na mão de meia dúzia e quem conhece a História do Brasil sabe muito bem, que quando a terra era livre, o homem era cativo e escravo, porque havia escravidão. Para se abolir a escravidão, o que é que se fez antes? O cativo da terra, na expressão de grandes sociólogos e cientistas sociais brasileiros, porque instituíram a Lei de Terras em 1850 e a terra, a partir daquele momento, só podia ser adquirida no Brasil, mediante a compra. Antes, não!. Antes podia se tomar posse da terra porque as pessoas, os trabalhadores eram cativos e prisioneiros e não podiam tomar posse, não tinham liberdade. Quando se coloca a liberdade para os homens, se transforma a terra num cativo e a terra prisioneira e nós sabemos a quem pertence a grilagem de terra, a história das classes dominantes, a forma como foram conseguidas - o patrimônio que tanto se alega aqui.

Não venham chorar para nós lágrimas de crocodilo que nós não aceitamos. Não temos a ingenuidade e nem somos dominados pelo senso comum que domina muitas pessoas. A nós, não. O fato concreto é que novamente o latifúndio se arma - arma seus alçózes para matar os pequenos.

Vamos pegar a história do Paraná e do Brasil. Nos últimos anos quem morreu? Quem foi assassinado? Quem foi violentado? Quem já perdeu tudo que tem?

É muito interessante que o Deputado Divanir Braz Palma suba à tribuna dizendo que quer reforma agrária e acabe seus discursos dizendo que o INCRA e o Governo Nacional só põem ilusão e falsa expectativa porque reforma agrária não vai ter.

É isso que o Senhor disse. O Senhor, na verdade, tenta disfarçar sua posição, Deputado Divanir Braz Palma. O Senhor é anti-reforma agrária. A reforma agrária não é uma questão técnica. Se ela fosse uma questão puramente técnica, já tinha sido resolvida. E ela não é resolvida porque as classes dominantes e as elites privilegiadas deste país, minoritárias, se articulam, elegem Bancada Ruralista, elegem Deputados com dinheiro para que eles lutem e impeçam que a reforma agrária se realize.

Esse discurso pode servir para quem não pode ter uma leitura da realidade em profundidade. Não para nós. A nós, os Senhores não enganam, com essa "lenga-lenga!". Nenhuma palavra, nenhuma palavra sequer. Soube de uma mulher que está à beira da morte - com 56 anos, com um tiro nas costas. Isso vocês não falam! Falam do choro do grande proprietário.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a reforma agrária neste país tem que acontecer e não são esses discursos que vão fazer com que a reforma agrária aconteça. Não é a criminalização do MST. Será que os Deputados não se perguntam em que país vivem? Será que não sabem que vivemos no limiar do terceiro milênio, em que milhões e milhões de homens estão desempregados e não há alternativa cabível dentro dessa lógica dominante, não há! Mesmo as pessoas mais ingênuas, hoje, sabem que o desemprego não é mais uma questão social. Num sistema em que a máquina pega o trabalho do homem, substitui e não emprega mais ninguém.

Ora, esse discurso não nos serve. O Deputado Divanir Braz Palma dizer que é um absurdo tirar verba da educação e da saúde para dar para a reforma agrária, para dar para um assentamento.

O Sr. Divanir Braz Palma

Deputado, o Senhor está invertendo meu discurso.

O SR. PÉRICLES MELLO

O Senhor disse exatamente isso, Deputado! A expectativa, a ilusão do MST, a ilusão da reforma agrária. Gastar 40 mil que poderiam ser utilizados em outras coisas com muito mais produtividade. Foi exatamente isso,

eu ouvi, tenho bons ouvidos para ouvir o que o senhor falou. Me permita terminar meu discurso, por favor!

Ora, nenhuma voz se levanta quando os recursos do Estado e do país são canalizados, como diz o geógrafo Nilton Santos, para os pontos luminosos do território. Aqueles pontos onde se instalam as grandes empresas multinacionais, os grupos poderosos que se enriquecem com recursos e com trabalho do mundo inteiro: 2 milhões para a Renault; 1 bilhão não sei para quem; 500 milhões não sei para quem e as mínimas necessidades desse movimento - Deputado Divanir Braz Palma, Deputado Moysés Leônidas que está aqui, os recursos de 40 mil por assentado; vamos fazer uma conta, Deputado. Vamos pegar 40 mil reais. Uma conta simples - por mil famílias dá 40 milhões; por 10 mil famílias dá 400 milhões de reais; por 100 mil famílias dá 4 bilhões de reais! Para assentar 100 mil famílias, 500 mil pessoas!

Agora, é claro, um país que concentra renda, concentra terra, concentra o poder político, esse país vai ter dinheiro para a Renault, vai ter dinheiro para a Crysler, vai ter dinheiro para o mundo moderno que não resolve o problema do país, se esquecendo das pessoas, falando em estatística, falando em números, mas se esquecendo do drama cotidiano que vivem milhões de brasileiros.

Não podemos acatar esse discurso. O MST tem que ser respeitado, enquanto movimento legítimo; este movimento surgiu porque nunca aconteceu reforma agrária no Brasil, é por isso que eles existem.

Se o País fizesse reforma agrária, se as classes dominantes não se articularassem no seu poder enorme e secular para impedir que a terra fosse distribuída, não existia MST, tudo seria resolvido sem dor, de forma técnica. O MST existe porque a tradição do País é não fazer reforma agrária, ao contrário, é concentrar a propriedade da terra, é uma vergonha! Um País que tem uma das áreas agricultáveis maiores do mundo, tem uma safra um pouquinho maior que a safra da Argentina, que tem deserto, que tem um território muito menor, um País que tem milhões de hectares de terras improdutivas, talvez esse seja o único País do mundo que articula e dispõe de duas premissas fundamentais para se realizar a reforma agrária. Existe terra em abundância que não produz nada, porque se produzisse a nossa safra seria muito maior.

A China sustenta mais de um bilhão de pessoas com uma quantidade de terras agricultáveis menor que o Brasil, porque lá respeitam a pequena propriedade. Aqui não. Temos "terra improdutiva, terra improdutiva e terra improdutiva". E temos gente que quer trabalhar na terra.

Existem países, se formos à Inglaterra, aos Estados Unidos, aos países mais modernos, a população que está nas cidades não tem mais disposição cultural de voltar para a terra, por vários motivos: porque lá existe um sistema de seguro-desemprego que permite que as pessoas desempregadas sobrevivam razoavelmente. Aqui, nada disso existe. Outra farsa do discurso dominante: para o discurso dominante, quem tem tradição é o fazendeiro que não tem um calo na mão e que administra sua

fazenda como quer, na cidade, e se não quiser nem aparece na propriedade, nomeia um gerente, compra trator e administra. Esse tem tradição agrícola.

Agora, o pequenino que foi submetido a um processo de exclusão secular, ao processo de exclusão da terra, desapropriação do campo, esse perdeu a tradição, esse é bagunceiro, esse é quadrilheiro, esse é vagabundo. Desse discurso estamos cheios, ninguém agüenta mais. Quem quer de verdade reforma agrária não faz esse discurso, porque é um discurso falso, é o discurso do senso comum, é o discurso que a ideologia dominante sustenta para enganar as pessoas e criminalizar o MST.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Temos aqui uma pauta de reivindicações do MST. Praticamente nada foi cumprido. Nada. E os Deputados choram porque é muito grande a violência de barraca de lona, se possível, a violência de um tiro nas costas de uma mulher de 56 anos ninguém fala, a violência cotidiana nas ruas das cidades matando as pessoas, ninguém fala.

Violência é ocupação de terra improdutiva.

O MST quando ocupa uma terra se ele realiza uma violência é uma violência contra a terra. É uma violência, porque talvez o potencial do fazendeiro de produzir aquele ano, ele perca uma coisinha de tudo que ele já ganhou. Agora, ele está lutando pela vida que é a única coisa que lhe resta, nada mais, não tem propriedade, não tem carro, não tem casa, não tem nada.

Agora, vocês colocam a propriedade improdutiva acima da vida, choram pelo fazendeiro, se sensibilizam, mas não choram porque morrem à míngua, na beira dos esgotos, nos casebres à beira da estrada, passando frio e tomando chuva no lombo. Essa sensibilidade a nós não comove.

Criticamos o MST em várias posturas, temos autonomia, agora, somos um partido político que tem um compromisso histórico em defesa da reforma agrária. E temos uma razão moral e ética para defender a reforma agrária. Constatamos na realidade brasileira que tem terra suficiente para assentar milhões de homens sem dor e sem violência. Se as autoridades quiserem, e se houver uma mínima sensibilidade social por parte dos poderosos, ao invés de ficar bancando bancadas ruralistas, lutando contra a reforma agrária, e tentando enganar usando o senso comum, dizendo que são a favor da reforma agrária, quando não são, são contra, e é por causa deles que a reforma agrária não acontece só por isso, não é por questão técnica.

Queremos deixar aqui um apelo, sim.

Não é possível mais que esse estado de coisas perdure. O governo tem todas as condições, se quiser. E se deixarmos aqui de farsa e realmente lutarmos pela reforma agrária, ela sairá, e as reivindicações que o MST faz serão reivindicações cumpridas. E dessa forma poderemos diminuir a violência, que é sim, uma violência das classes dominantes contra os pequenos. Essa é a posição que defendemos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo.

(**Declinam**)

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente. Gostaria de reiterar o convite aos Senhores Parlamentares que fazem parte da Comissão de Defesa do Consumidor. Já os convidamos por escrito, mas reiteramos, nesta tarde, para que tão logo termine a sessão, possamos fazer a primeira reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, na sala da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que obriga os construtores de barragens a proceder a limpeza das áreas alagadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 512/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Mandaguaçu, com sede e foro no Município de Mandaguaçu. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 529/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras dos Rotarianos de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção a Infância e a Maternidade, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 537/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e à Maternidade de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.11.99.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente

ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a proteção do consumidor em sua saúde e segurança, através do direito de ser atendido por operador de bombas de combustível e lubrificantes, em estabelecimentos de venda a varejo desses produtos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. e C.A.I.C.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Emendas - **Aprovadas.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa - Santuário de Nossa Senhora do Rocio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de

Pontal do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 30.06.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice para a tramitação deste Projeto de Lei nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das comissões, em 10.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 378/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende na necessidade da instalação da referida CIRETRAN, para que haja maior agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2540 de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2541, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2522, de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2523, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2524, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2525, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2527, 2528 e 2529, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2531 e 2532, de autoria da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2533, de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2535, 2536 e 2537, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2538 de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2542, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2543, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2544, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2545, de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero manifestar em meu nome e em nome do Deputado Cesar Seleme, a satisfação de estarmos retornando na tarde de hoje às nossas atividades neste Poder Legislativo, depois de termos participado durante toda a semana passada, na Cidade de Verona e, evidentemente visitando outras cidades da Região do Vêneto, do Fórum da Agricultura/Tri-Veneto/Sul Brasil, numa realização do Conselho Regional do Veneto e do Parlamento do Sul, ao qual estamos integrados.

Na sessão de amanhã ou de 5ª feira, quando tivermos a oportunidade, junto com o Deputado Cesar Seleme, junto com Dr. João Batista Lopes, que nos assessorou tecnicamente nesta viagem, mais o representante da OCEPAR e da Secretaria da Agricultura, e, também, quando colhermos os resultados e opiniões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, faremos a esta Casa um completo relatório desta nossa viagem que teve início na Cidade de Verona e concluímos no sábado esta reunião que foi o Fórum da Agricultura Tri-Veneto/Sul Brasil.

Devo dizer que consideramos por demais importante esta participação da Assembléia Legislativa, a participação do Parlasul, neste evento e tenho certeza que desta viagem poderemos produzir alguns importantes intercâmbios no setor da agropecuário, do agronegócio da produção agrícola, da produção pecuária, da transformação desta produção primária.

Devo, preliminarmente, dizer que em algumas coisas consideramos que eles estão muito avançados e, que em algumas coisas nós não estamos passando longe deles não. Temos alguns setores em que estamos próximos, faltando evidentemente, alguma estrutura, pelas quais iremos aqui relatar quando da apresentação do relatório da viagem.

Agradeço a Vossa Excelência pela designação do nosso nome e do Deputado Seleme para representar este Parlamento e tenho certeza que lá o fizemos com o espírito paranista que sempre espelhou a nossa conduta e do Deputado Seleme e tenho certeza que esta Casa foi por nós representada dentro daquilo que era possível a nós fazermos naquele importante evento que foi o Fórum da Agricultura Tri-Veneto/Sul Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Muito bem, sejam bem-vindos a nossa Casa e sem dúvida nenhuma o Paraná e a Assembléia foram muito bem representados.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, em nome do Deputado Antonio Annibelli que assume a Presidência da Comissão de Educação na ausência do Deputado Irineu Colombo, queria comunicar à Casa que amanhã, às 11 horas, a Secretária Estadual de Educação, Alcione Saliba, estará na Comissão de Educação para discutir com os Deputados daquela Comissão a proposta de alteração do calendário escolar.

Então, será uma oportunidade muito boa, estendida aos demais Parlamentares que desejarem participar também deste debate, amanhã, às 11 horas.

Por outro lado a Comissão começa a se reunir às 10 horas da manhã, haja visto que vários Parlamentares da Comissão têm alguns projetos em mãos que necessitam dar os Pareceres para que eles tenham prosseguimento normal.

Então, a Comissão reúne-se às 10 da manhã, trata dos assuntos pertinentes à comissão e às 11 horas recebe a Secretária de Educação. Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 469 e 493/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 123 e 530/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 087, 457, 533/99 e 539/98.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 038ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Hidekazu Takayama.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch,

Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Tony Garcia.(01)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 022/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que concede título de cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Marcelo Rossi. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 393/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede título

de cidadão Benemérito do Estado do Paraná para o Sr. Francisco Simeão Rodrigues Neto. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 524/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação, Habilitação e Promoção Social do portador de paralisia cerebral associada ou não à deficiência visual ou auditiva, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 544/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Lar de São José dos Pinhais, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 544/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Casa Lar De São José dos Pinhais”, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.11.99.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK - Presidente
CESAR SELEME - Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 23 às 19:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/99.

Levanta-se a sessão.